

PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PIAUÍ - PGE



GOVERNO DO
PIAUI
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2024

SUMÁRIO

03

Mensagem dos líderes

04

Quem somos?

05

O que a organização faz?

06

Estrutura organizacional

07

Estrutura de governança

09

Normas de funcionamento

10

Macroprocessos

13

Objetivos estratégicos

14

Gestão de Riscos

17

Resultados

34

Gestão de Pessoas

37

Comunicação com a sociedade

38

Gestão de licitações e contratos

39

Gestão Administrativa

45

Gestão de TI

48

Correição e apuração de ilícitos

49

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

50

Gestão de Custos

52

Sede

53

Nova Sede

56

Reconhecimentos

57

Mensagem Final

58

Lista de Ilustrações

60

Lista de Gráficos e Tabelas

MENSAGEM DE NOSSOS LÍDERES

O ano de 2024 foi marcado por grandes desafios e conquistas para a Procuradoria-Geral do Estado do Piauí. Nossa atuação fortaleceu a defesa dos interesses do Estado, tanto na consultoria jurídica quanto na representação judicial, sempre com foco na legalidade e na eficiência. Os avanços obtidos refletem o compromisso contínuo com a modernização institucional, o fortalecimento da governança e a promoção da segurança jurídica para a administração pública.

O Relatório de Gestão que apresentamos evidencia o impacto positivo das nossas ações. Desde a atuação estratégica nos litígios de grande repercussão até a implementação de soluções tecnológicas inovadoras, buscamos aprimorar a prestação dos serviços jurídicos e administrativos. Projetos como a estruturação de novos sistemas, a racionalização da atuação consultiva e a capacitação contínua de nosso corpo técnico foram fundamentais para tornar a PGE-PI ainda mais eficiente e preparada para os desafios futuros.

Foi um ano de avanços significativos na gestão estratégica e na modernização da PGE-PI. A criação do Núcleo de Inovação e Tecnologia (NIT) impulsionou a transformação digital da Procuradoria, resultando no aprimoramento da infraestrutura de TIC e no desenvolvimento de novas soluções tecnológicas voltadas à eficiência institucional. No contencioso, a atuação firme e estratégica da PGE-PI garantiu vitórias expressivas em demandas de grande impacto, assegurando a estabilidade de políticas públicas essenciais. Essas conquistas não apenas fortaleceram a segurança jurídica do Estado, mas também viabilizaram investimentos históricos, reforçando nosso compromisso com uma advocacia pública moderna, eficiente e cada vez mais atuante.

Nada disso seria possível sem a dedicação e o empenho de cada Procurador e Servidor desta Casa. A todos que contribuíram com sua expertise, esforço e compromisso com a excelência, nosso mais sincero reconhecimento. O sucesso da PGE-PI é fruto do trabalho coletivo e da busca incessante por aprimoramento, garantindo que a advocacia pública continue a desempenhar seu papel essencial na defesa do Estado e da sociedade.

Francisco Gomes Pierot Júnior

Procurador-Geral do Estado

Carlos Eduardo da Silva Belfort de Carvalho

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos

Victor Emmanuel Cordeiro Lima

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

Fernando Eulálio Nunes

Corregedor-Geral

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ

QUEM SOMOS?

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí atua em três dimensões estratégicas fundamentais: promove a segurança jurídica na gestão pública, especialmente em licitações e contratos, por meio de consultoria preventiva especializada; defende judicialmente as políticas públicas estabelecidas pelos representantes eleitos, removendo obstáculos à sua implementação; e estrutura soluções jurídicas inovadoras para a transformação digital da administração estadual, como demonstra a criação do Núcleo de Inovação e Tecnologia em 2024. Essa atuação integrada consolida a PGE-PI como parceira estratégica na modernização administrativa e na efetivação de políticas públicas que beneficiam diretamente a sociedade piauiense.



MISSÃO

Exercer a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado do Piauí, viabilizando a implementação de políticas públicas e contribuindo com a gestão da dívida ativa e com a proteção do patrimônio do povo piauiense.



VISÃO

Ser reconhecida como instituição de excelência na representação e na orientação jurídica do Estado, atuando com eficiência, transparência e impessoalidade na defesa dos interesses e do patrimônio da sociedade piauiense.



VALORES

Ética
Compromisso com a legalidade
Zelo com a coisa pública
Fortalecimento institucional

O QUE A ORGANIZAÇÃO FAZ?

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí é instituição de Advocacia Pública permanente cuja missão é a consultoria jurídica dos órgãos do Poder Executivo, além da representação judicial e extrajudicial de todos os poderes no Estado.

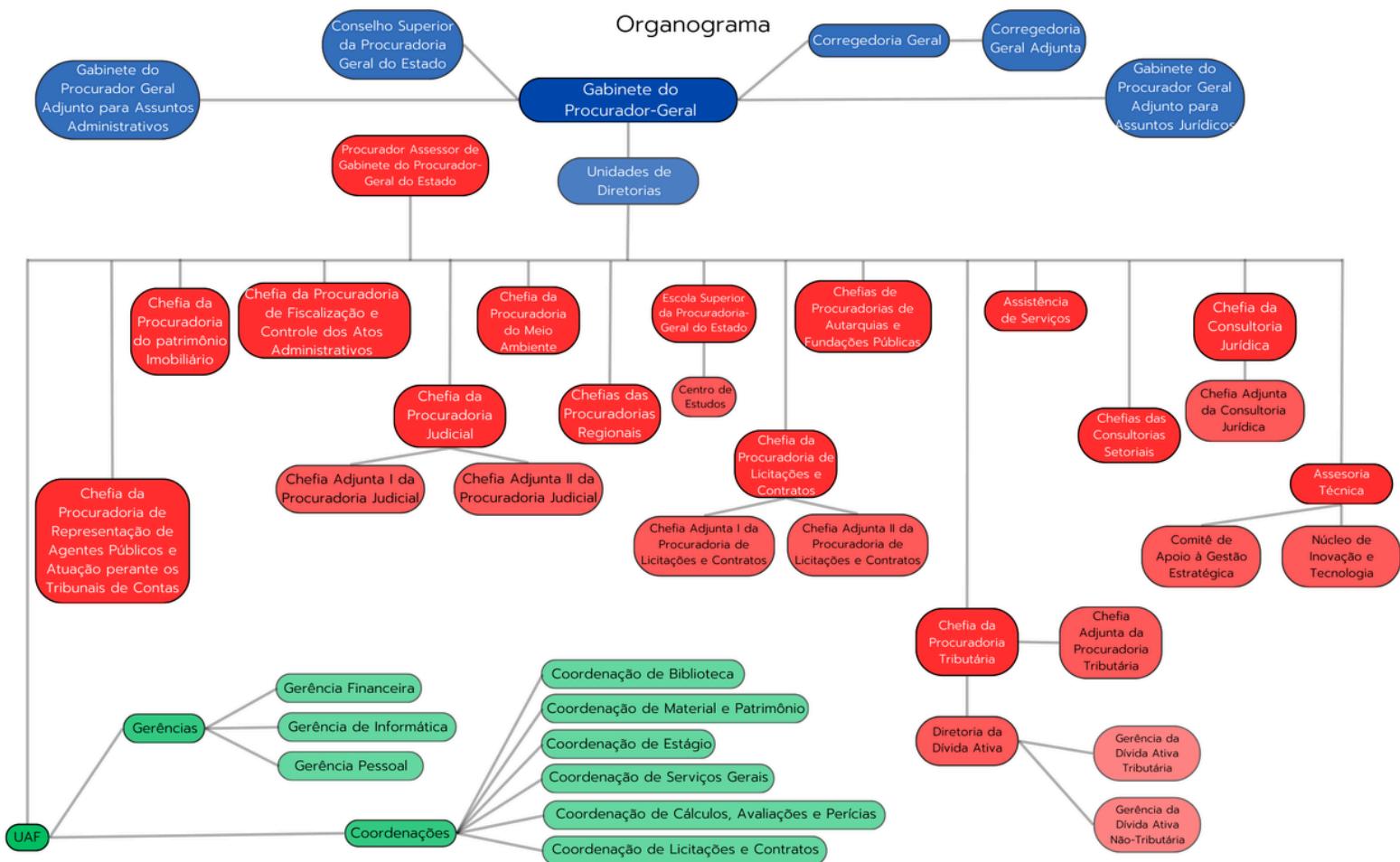
Além de previsão na Constituição Federal de 1988, art. 132, a Instituição tem os contornos normativos atribuídos pela Constituição do Estado do Piauí, arts. 150 e seguintes, e pela Lei Complementar Estadual 56 de 1º de novembro de 2005.

É integrada por Procuradores do Estado do Piauí, servidores de carreira selecionados via concurso público e comandados por Procurador-Geral escolhido pelo Governador do Estado dentre membros estáveis da carreira, advogados públicos aos quais compete:

- A execução da dívida ativa e a defesa do Estado do Piauí em ações antiexacionais;
- O ajuizamento de ações judiciais que visem a garantir continuidade e a estabilidade das políticas públicas;
- A defesa da Administração Pública Estadual e do patrimônio coletivo em ações contra estas movidas;
- A orientação jurídica, na forma de pareceres fundamentados, necessária à criação, manutenção e expansão de políticas públicas;
- A consultoria jurídica e a representação judicial do Fundo do Regime Próprio de Previdência do Estado do Piauí.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Procuradoria Geral do Estado do Piauí



*última atualização em 01/01/2025

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Até 2022, as ações administrativas e normas internas da PGE-PI voltadas à governança institucional estavam descentralizadas, sem uma estrutura formalmente integrada para esse fim. As decisões eram tomadas e a gestão ocorria com base na Lei Complementar nº 56/2005, no organograma da Instituição e nas diretrizes do Regimento Interno da Procuradoria, aprovado pela Resolução CSPGE nº 001/2014. Além disso, a execução administrativa seguia os marcos definidos nas leis orçamentárias vigentes.

Reconhecendo a importância da gestão estratégica como princípio essencial da governança pública e a necessidade de sistematizar o planejamento estratégico da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, foi instituído, em 2023, o PGEST – Comitê de Apoio à Gestão Estratégica da PGE-PI, por meio da Portaria PGE-PI GAB nº 16, de 18 de janeiro de 2023, posteriormente substituída pela Portaria PGE-PI GAB nº 40, de 13 de junho de 2023.

O PGEST desempenha papel fundamental na sugestão, implementação, monitoramento e aprimoramento de práticas gerenciais, voltadas à obtenção de resultados estratégicos alinhados aos interesses institucionais e públicos. Além de fortalecer projetos de governança corporativa, o Comitê apoia o Procurador-Geral do Estado na tomada de decisões estratégicas, garantindo maior previsibilidade e eficiência na condução dos processos administrativos e jurídicos.

A modernização dos processos institucionais exigiu a criação do NIT – Núcleo de Inovação e Tecnologia da PGE-PI no ano seguinte (cf. PORTARIA PGE-PI GAB N° 12, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2024), unidade estratégica voltada à implementação de soluções tecnológicas inovadoras, fortalecendo a infraestrutura digital da Procuradoria. O NIT desempenha um papel central na modernização administrativa, impulsionando a melhoria da infraestrutura de TIC, a automação de processos e a segurança da informação.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A atuação do NIT resultou em avanços expressivos, conforme análise dos projetos desenvolvidos:

- Execução de Projetos Estratégicos: A maioria dos projetos segue dentro dos prazos e orçamentos previstos, demonstrando planejamento eficaz e comprometimento das equipes.
- Infraestrutura de TIC: A modernização tecnológica avançou com projetos concluídos e outros em fase final, garantindo maior estabilidade e desempenho dos sistemas. Destacam-se ações como aquisição de novos equipamentos e reestruturação da rede lógica (em andamento).
- Desenvolvimento de Software: Há investimentos contínuos e massivos em novos sistemas, com destaque para os projetos destacados na parte deste relatório destinada à Gestão de TI, além do desenvolvimento e aperfeiçoamento de outras Soluções de TIC, boa parte delas em projetos in-house.

A atuação do PGEST e do NIT reforça o compromisso da PGE-PI com a gestão eficiente, inovação e governança estratégica, garantindo que a Instituição esteja preparada para os desafios do futuro.

Para 2025, está prevista a elaboração e aprovação do primeiro Plano Estratégico da PGE-PI, documento que detalhará a estrutura de governança, consolidando as diretrizes e metas institucionais de médio e longo prazo.

NORMAS DE FUNCIONAMENTO

A PGE é regida precipuamente pela Lei Complementar N° 56, 01 de novembro de 2005, e por seu Regimento Interno.

Em 2024, o Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (CSPGE) aprovou o novo Regimento Interno da instituição por meio da Resolução CSPGE n° 01, de 25 de outubro de 2024, consolidando diretrizes e normas para a atuação da PGE-PI. O novo RIPGE reforça a organização e o funcionamento da Procuradoria, alinhando-se às disposições da Lei Complementar n° 56/2005.

Ambas estão disponibilizadas no [site da PGE](#).

MACROPROCESSOS

Os macroprocessos da Procuradoria-Geral do Estado se relacionam às principais áreas de atuação e responsabilidades desempenhadas pela Instituição. Os mais relevantes incluem:

1. Contencioso Judicial:

- Atividades relacionadas ao acompanhamento de processos judiciais nos quais o Estado está envolvido, incluindo a elaboração de peças processuais, comparecimento em audiências e sustentações orais.

2. Consultoria Jurídica:

- Prestação de assessoria e consultoria jurídica aos órgãos e entidades estaduais, fornecendo orientações legais para a tomada de decisões.

3. Execução Fiscal:

- Gerenciamento dos processos de cobrança de créditos fiscais, envolvendo ações de execução fiscal e recuperação de valores devidos ao Estado.

4. Advocacia Preventiva:

- Desenvolvimento de estratégias para prevenir litígios, oferecendo orientações legais antecipadas a fim de evitar potenciais problemas judiciais.

5. Gestão de Pessoas e Recursos:

- Atividades relacionadas à gestão interna da Procuradoria, abrangendo recrutamento, capacitação, alocação de recursos humanos e gestão de orçamento.

6. Normatização e Legislação:

- Acompanhamento da legislação, elaboração de pareceres sobre a constitucionalidade de normas e participação na elaboração de propostas legislativas.

7. Mediação e Conciliação:

- Desenvolvimento de práticas de resolução alternativa de disputas para buscar acordos antes de litígios judiciais.

Este relatório destaca ações relacionadas a todos estes Macroprocessos.

MACROPROCESSOS

Em 2024, registrou-se significativo avanço relativamente ao macroprocesso Normatização e Legislação com o lançamento do projeto "Legislação do Estado do Piauí", uma iniciativa inovadora desenvolvida pela PGE-PI, em colaboração com a Diretoria de Assuntos Jurídicos (DIJUR) e com o apoio da Secretaria de Administração, além de diversos outros órgãos estaduais.

O projeto tem como propósito centralizar, de forma acessível e organizada, os principais atos normativos do Estado do Piauí, consolidados e atualizados, especialmente leis e decretos que orientam a gestão pública estadual. Através da plataforma digital da PGE-PI, essa iniciativa busca proporcionar um espaço único de consulta, facilitando o acesso à informação jurídica para procuradores, assessores, profissionais do direito, gestores públicos, estudantes e toda a sociedade.

Lançado inicialmente em versão BETA, o projeto foi disponibilizado, em um primeiro momento, como ferramenta de trabalho interna para os Procuradores e Assessores da PGE-PI, permitindo testes e aperfeiçoamentos antes de sua abertura ao público. Para 2025, a previsão é que a plataforma seja disponibilizada amplamente, garantindo maior transparência, eficiência e facilidade no acesso à legislação estadual.

Além de consolidar a base normativa do Estado, a iniciativa estimula a participação da sociedade, possibilitando que cidadãos, operadores do direito e servidores públicos contribuam com sugestões, críticas e correções, garantindo a qualidade contínua do conteúdo publicado.



Imagem 1

MACROPROCESSOS

Em termos de Processos Organizacionais, houve avanços em 2024, tendo sido mapeados, representados graficamente e divulgados no site da Instituição novos fluxos de trabalho importantes, valendo destacar os seguintes:



Promoção na Carreira no Cargo de Procurador do Estado



Solicitação CEMAPI



Processo de Apuração de Falta Disciplinar dos Procuradores do Estado



Compilação de Decisões e Pareceres

O mapeamento de Processos Organizacionais, é, aliás, premissa do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação da PGE-PI, lançado em dezembro de 2023. Para 2025, pretende-se aperfeiçoar e ampliar este projeto com a ajuda de consultores especializados.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



01 — Estado e Sociedade

Eficiência;
Proatividade;
Participação ativa na formulação e na implementação de políticas públicas;
Aperfeiçoamento da legislação estadual;
Recuperação dos ativos financeiros;
Profissionalização do serviço público;
Redução da litigiosidade;
Regularização do patrimônio imobiliário do Estado.



02 — Processos Internos

Aperfeiçoar a representação judicial e extrajudicial do Estado;
Aperfeiçoar a consultoria e o assessoramento jurídico do Estado;
Aperfeiçoar a gestão patrimonial do Estado;
Aperfeiçoar a gestão e a recuperação da dívida ativa;
Ampliar e fortalecer a atuação institucional;
Colaborar para o aperfeiçoamento da gestão pública;
Fortalecer a atuação da Procuradoria em Brasília;
Fomentar a profissionalização do serviço público;
Promover a redução da litigiosidade;
Uniformizar a orientação jurídica do Estado;
Aperfeiçoar a troca de informações entre os órgãos da PGE;
Aperfeiçoar a comunicação institucional;
Consolidar a gestão estratégica;
Aperfeiçoar a gestão administrativa.



03 — Gestão de Pessoas

Aperfeiçoar a gestão de pessoas.



04 — Infraestrutura e Tecnologia de Informação

Melhorar a infraestrutura física;
Melhorar a infraestrutura tecnológica e o uso de soluções de TI.



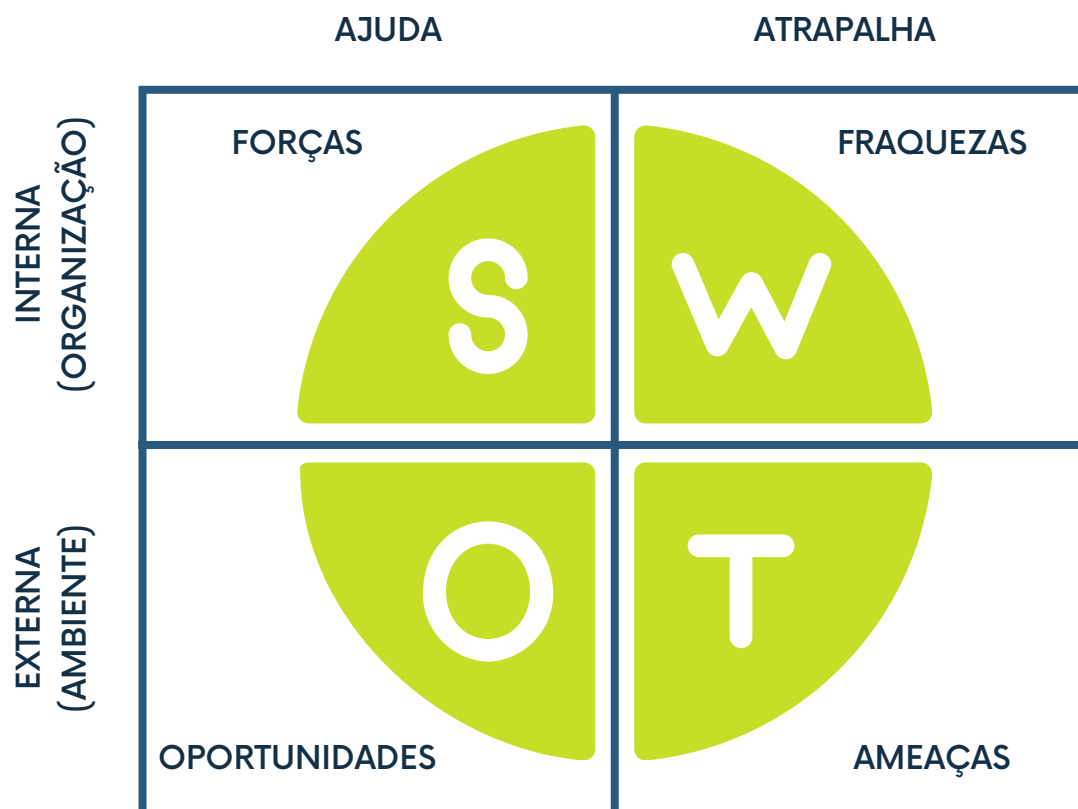
05 — Orçamento

Fortalecer a gestão orçamentária e financeira.

GESTÃO DE RISCOS

É mundialmente conhecida a metodologia SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats, ou, em tradução livre, pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças – para análise de características organizacionais.

A Matriz SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário, sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma organização. A figura abaixo demonstra como estes fatores se interrelacionam:



GESTÃO DE RISCOS

São exemplos de pontos fortes:

- A garantia constitucional da existência da Procuradoria-Geral do Estado;
- A existência de carreira própria composta por servidores efetivos e selecionados mediante rigoroso concurso público de provas e títulos;
- O funcionamento da instituição em sede própria, imóvel com localização privilegiada na capital piauiense;
- A consolidação da instituição como órgão de advocacia pública de excelência desde sua instituição, no ano de 1973;
- O fato de não haver processos administrativos de meio físico em atual tramitação no órgão, tendo sido alcançado integral funcionamento por sistemas digitais (v.g. sistemas SEI, SISPREV, SIAPE e SIAFE).

Por outro lado, representam pontos fracos:

- Baixa relação Assessores x Procuradores, conforme mapeado no recente Estudo de Demanda para o concurso de Procurador do Estado, o que impacta a celeridade e o suporte técnico na atuação jurídica;
- Déficit de gestores para os diversos projetos institucionais, problema diretamente relacionado à carência de servidores para impulsionar e coordenar as iniciativas estratégicas da PGE-PI;
- Necessidade de modernização dos Sistemas institucionais, abrangendo tanto a gestão de processos judiciais quanto a gestão da Dívida Ativa e outras competências e rotinas administrativas essenciais para a eficiência da Casa.

GESTÃO DE RISCOS

Viabilizam a superação dos pontos fracos elencados acima as seguintes oportunidades:

- A diretriz governamental de transformação digital, da qual se espera surgirem investimentos em infraestrutura e pessoal de tecnologia da informação, além de otimizações/reestruturações de organogramas e processos de trabalho;
- A existência de financiamentos internacionais com foco em projetos de modernização da Administração Pública (v.g. PROFISCO e PROGESTÃO), seguindo o eixo de inovação, transformação e governo digital, cujos recursos podem ser empregados na aquisição de sistemas digitais e de infraestrutura tecnológica para o órgão;
- O uso de Inteligência Artificial Generativa.

São ameaças à qualidade de excelência dos serviços prestados pela PGE-PI:

- A crescente massificação de demandas judiciais, esta acompanhada de perto pela modernização do Poder Judiciário, que terá por efeito o crescimento exponencial do volume de intimações recebidas, bem como o aumento da judicialização das relações sociais, que exige cada dia mais da advocacia pública;
- O constante desenvolvimento de ferramentas de gestão processual, automação de processos e de documentos, inteligência artificial e análise de dados, desde que desacompanhados por progressos no mesmo sentido em prol da Procuradoria, vez que representa perigoso desequilíbrio de forças entre os diversos atores processuais que demandam contra o Poder Público e a PGE-PI.

RESULTADOS

PGEST

Em meio a diversas outras vitórias e atuações de relevância, este Relatório destaca seis das principais iniciativas da PGE-PI em 2024, apresentando suas respectivas quantificações aproximadas e um breve resumo das medidas adotadas pelo Órgão em cada caso. Nessas ações específicas, o **Comitê de Apoio à Gestão Estratégica da PGE-PI (PGEST)** desempenhou um papel central, atuando de forma estratégica em conjunto com as Procuradorias Especializadas responsáveis por cada matéria.

1. PIAUÍ CONECTADO - Contrato de Parceria Público Privada n. 001/2018

Durante o ano de 2024 a PGE atuou firmemente em dezenas de processos nos quais se discutiu a caducidade do Contrato de Parceria Público Privada n. 001/2018 [Construção, Operação e Manutenção de Infraestrutura de Transportes de Dados, Voz e Imagem, incluindo serviços associados para o Governo do Estado do PI], destacando-se as seguintes ações: processos 0856445-92.2023.8.18.0140, 0810803-62.2024.8.18.0140, 0863322-48.2023.8.18.0140, 0835410-76.2023.8.18.0140, 0759727-65.2023.8.18.0000, 0762651-49.2023.8.18.0000 (TJPI), 1000186-83.2024.4.01.3400, 1001949-37.2024.4.01.0000 (Justiça Federal), Conflito de Competência 206805 (STJ), Reclamação 67.627 (STF), entre outros processos judiciais correlatos, além da atuação do Órgão nos procedimentos arbitrais em curso perante a Câmara de Comércio Brasil - Canadá.

A atuação competente e bem-sucedida da PGE possibilitou a ruptura definitiva do contrato administrativo cuja execução se mostrou claramente desvantajosa e ineficaz, com economia para os cofres públicos estimada em aproximados R\$ 2.683.200.000,00 (dois bilhões, seiscentos e oitenta e três milhões e duzentos mil reais), correspondentes aos desembolsos previstos com a manutenção da avença antieconômica durante o tempo restante de vigência.

R\$ 2.683.200.000,00

economia estimada

RESULTADOS

2. Microrregião de Águas e Esgotos do Piauí S/A - MRAE

A PGE-PI logrou êxito em diversas demandas judiciais concernentes à implantação da Microrregião de Águas de Esgotos do Piauí – MRAE, entre as quais destacam-se os seguintes: processos 0843009-32.2024.8.18.0140, 0841345-63.2024.8.18.0140, 0803053-45.2024.8.18.0031, 0815245-71.2024.8.18.0140, 0802969-59.2024.8.18.0026, 0802017-50.2024.8.18.0036, 0801448-26.2024.8.18.0076, 0758013-36.2024.8.18.0000, 0758659-46.2024.8.18.0000, 0760443-58.2024.8.18.0000, 0759126-25.2024.8.18.0000 e 0754696-30.2024.8.18.0000 entre outros.

A atuação exitosa do Órgão viabilizou a realização do procedimento licitatório e a subsequente formalização do contrato de concessão dos serviços de água e esgoto no Estado, de resultará o aporte de investimentos da ordem de R\$ 8.600.000.000,00 (oito bilhões e seiscentos milhões de reais) em todos os 224 municípios do Estado.

R\$ 8.600.000.000,00

investidos na concessão dos serviços de água
e esgoto em todos os 224 municípios do Piauí

RESULTADOS

3. ZPE – PARNAÍBA

Merece destaque, também, a atuação da PGE nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 7174 (STF), em que foram questionados dispositivos da Lei Federal nº 14.184/21 (novo marco legal das Zonas de Processamento de Exportação), cujo resultado tinha o potencial de inviabilizar o funcionamento da ZPE de Parnaíba. Após habilitação da PGE-PI nos autos, com sucessivas audiências do órgão junto à Suprema Corte, o Relator da ação reformou voto anterior que declarava a inconstitucionalidade da norma, seguindo-se o julgamento de improcedência da ADI por unanimidade.

A ZPE PHB possui enorme potencial atrativo de investimentos na economia estadual. Se tomarmos em consideração apenas os projetos já aprovados pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, os investimentos ultrapassarão o montante de R\$ 160.000.000,00 (cento e sessenta milhões de reais), que, se acrescidos aos projetos em fase de análise pelo CZPE e aos que estão em vias de remessa à aferição do órgão, chegarão à cifra de R\$ 3.510.000.000,00 (três bilhões, quinhentos e dez milhões de reais), com perspectiva de geração de 40 mil postos de trabalho, entre diretos e indiretos.

R\$ 3.510.000.000,00

em investimentos

**40 MIL POSTOS DE
TRABALHO**

RESULTADOS

4. ACO 3024 – Ação Cível Originária contra União, BNDES e Eletrobrás

Destaca-se, também, a atuação da PGE nos autos da ACO 3024 (STF) proposta pelo Estado do Piauí contra a União e a Eletrobrás, de que resultou a condenação dos réus a indenizar o Estado pelos prejuízos suportados quando do processo de privatização da extinta CEPISA – Companhia Energética do Piauí S/A, no bojo do Programa Nacional de Desestatização – PND. Em 2024 o STF, após manifestação da PGE, julgou improcedentes embargos de declaração opostos pela Eletrobrás, confirmando o acórdão favorável ao Estado. Importância estimada da condenação: 3,5 bilhões de reais.

R\$ 3.500.000.000,00

acórdão favorável ao Estado

RESULTADOS

5. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – Contratos de Gestão de Hospitais Estaduais

A atuação da PGE foi também decisiva em defesa do novo modelo de gestão hospitalar adotado pela atual gestão do Administração estadual, merecendo relevo o sucesso obtido nos autos da Ação Civil Pública 0828762-17.2022.8.18.0140, em que se pretendia à anulação do contrato administrativo nº 32/2022, firmado entre Estado e Associação Reabilitar, com vistas à gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa. Ação julgada improcedente com trânsito em julgado quanto ao pedido de rescisão do contrato, garantindo-se assim a eficácia do novo modelo de gestão hospitalar. Importância econômica da causa – valor do contrato: RS 97.463.687,34 (noventa e sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos).

Ressalta-se, ainda, a atuação combativa da PGE nos autos do processo nº 0828438-90.2023.8.18.0140, cujo êxito garantiu a expansão do novo modelo para outras unidades de saúde do Estado em Parnaíba, Campo Maior e Teresina (respectivamente: Hospital Estadual Dirceu Arcoverde - HEDA, Hospital Regional de Campo Maior e Unidade de Saúde Integrada do Mocambinho), propiciando investimentos que, durante o prazo de vigência dos respectivos contratos, chegarão a RS 1.124.269.762,20 (um bilhão, cento e vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte centavos).

R\$ 1.124.269.762,20

investidos

RESULTADOS

6. PRECATÓRIO FUNDEF

A atuação da PGE nos autos do Precatório 1000596-34.2017.4.01.4000 [“precatório FUNDEF/FUNDEB”] resultou em decisão judicial ordenando o crédito, em favor do Estado do Piauí, de valores depositados pela União no montante de R\$ 150.657.729,27 (cento e cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos), fundamental aos projetos do Governo do Estado na área da educação.

R\$ 150.657.729,27

crédito em favor do Estado

RESULTADOS

CONTENCIOSO E CONSULTIVO

O ano de 2024 foi marcado por uma atuação robusta e estratégica da PGE-PI, consolidando seu papel essencial na defesa dos interesses do Estado e na orientação jurídica da Administração Pública. No âmbito contencioso, a atuação das Procuradorias Especializadas foi decisiva para garantir a segurança jurídica e a eficiência da gestão estadual, a promoção da estabilidade das políticas públicas e a obtenção de expressivas vitórias judiciais.

Paralelamente, no âmbito consultivo, o trabalho técnico desenvolvido nas Procuradorias Especializadas possibilitou a qualificação da tomada de decisões da Administração Pública, assegurando que políticas, contratos, licitações etc estivessem sempre alinhados à legislação vigente. O fortalecimento da advocacia preventiva e a padronização de entendimentos jurídicos foram fundamentais para a redução de litígios e para o aprimoramento da governança estatal.

Os números consolidados do contencioso e do consultivo refletem o comprometimento da PGE-PI com a excelência na prestação dos serviços jurídicos, evidenciando a dedicação de sua equipe na defesa do interesse público. A seguir, são apresentados os resultados gerais, demonstrando o volume e a relevância das atividades desempenhadas ao longo do ano.

9.151

Pareceres prolatados

61.809

Atos judiciais produzidos

RESULTADOS

No consultivo, merece destaque a expressiva produção de **Procuradoria de Licitações e Contratos**, que proferiu **3.305 pareceres** ao longo do ano e divulgou novas Listas de Verificação, documentos-modelo e Pareceres Referenciais afetos à Nova Lei de Licitações, garantindo maior padronização e eficiência nas contratações públicas. Já a **Consultoria Jurídica** avançou significativamente na racionalização da atividade consultiva, promovendo a divulgação de **13 novos Pareceres Referenciais**, medida que otimiza rotinas, uniformiza entendimentos jurídicos e reduz a necessidade de pareceres individuais sobre temas recorrentes, proporcionando maior celeridade e segurança na tomada de decisões pela Administração Pública.

No contencioso, A **Procuradoria Judicial** obteve avanços expressivos na defesa dos interesses do Estado do Piauí, consolidando importantes precedentes e aprimorando estratégias processuais. Um dos marcos foi o **ajuizamento do primeiro Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) pela PGE-PI**, medida voltada à uniformização da jurisprudência e à redução da litigiosidade envolvendo o Estado.

Especificamente no âmbito do **núcleo trabalhista**, destacam-se vitórias estratégicas que reforçam a segurança jurídica em demandas de grande impacto. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu a **ausência de responsabilidade subsidiária** do Estado do Piauí em relação às pendências trabalhistas de empresa terceirizadora de mão de obra, estabelecendo precedente relevante para casos semelhantes. Em ação movida por Sindicato contra o Estado e empresas do grupo controlador da Piauí Conectado, foi reconhecida a **ilegitimidade passiva do ente público e da Piauí Link Ltda**, afastando responsabilidades indevidas. Em outro processo, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu que o contrato de concessão de uso firmado pela FUNDESPI com a **SPE Arena Esportiva Verdão S/A** não configura terceirização da atividade, **afastando a aplicação da Súmula 331 do TST** e a consequente responsabilidade subsidiária do Estado.

RESULTADOS

A **Procuradoria do Patrimônio Imobiliário** desempenhou um papel estratégico em 2024 na regularização fundiária e na proteção patrimonial do Estado do Piauí. Destacam-se a **regularização dos imóveis da Maternidade Dona Evangelina Rosa** e do **Centro de Formação Antonino Freire**, garantindo segurança jurídica para investimentos e continuidade dos serviços essenciais de saúde e capacitação de servidores públicos. A atuação da Procuradoria também foi fundamental na **disputa territorial entre Piauí e Ceará**, por meio da emissão de nota técnica na Ação Cível Originária nº 1831, fortalecendo a defesa jurídica do Estado no Supremo Tribunal Federal.

Além disso, foram conduzidas ações de **regularização fundiária no Conjunto Dirceu Arcoverde e na Comunidade Quilombola Baixa da Onça**, assegurando segurança jurídica para milhares de famílias. No campo ambiental, a Procuradoria atuou no **levantamento de imóveis para a ampliação do Parque Nacional Serra das Confusões**, viabilizando sua expansão dentro das normas de conservação. No setor econômico, a atuação na **desapropriação de terras para a ampliação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Parnaíba** impulsionou o desenvolvimento regional, fortalecendo o comércio exterior e a atração de investimentos para o Estado.

Merece destaque ainda a participação da **Procuradoria do Meio Ambiente** na **29ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP29)**, realizada em Baku, Azerbaijão, em novembro de 2024. A participação teve como foco o fortalecimento do conhecimento sobre mudanças climáticas, financiamento ambiental e mercado de créditos de carbono, visando à estruturação de um modelo regulatório estadual para essa comercialização. Foram realizadas reuniões com organizações internacionais, diálogos com outras Procuradorias Estaduais e participação em palestras estratégicas. Entre as principais contribuições para o Piauí, destacam-se o avanço na regulação do mercado de créditos de carbono, a ampliação da cooperação interinstitucional e o entendimento sobre mecanismos de financiamento climático.

RESULTADOS

A atuação da Procuradoria junto ao Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) em 2024 foi marcada por avanços significativos na regularização fundiária e organização do acervo imobiliário do Estado. Destaca-se a participação no PROURBE – Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social e Urbano, que viabilizou o protocolo de 55 projetos junto ao Tribunal de Justiça do Piauí, abrangendo cerca de **40.000 imóveis em conjuntos habitacionais** e ocupações irregulares. Além disso, os Processos Discriminatórios Administrativos resultaram em 118 decisões, 663 despachos e 198 processos protocolados no Programa Regularizar. A Procuradoria também teve atuação relevante em projetos voltados à regularização de territórios quilombolas, iniciativa reconhecida em nível nacional pela sua importância social e jurídica.



Imagem 2

RESULTADOS

RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Somando-se o valor recuperado com os valores objeto de negociação em parcelamentos e anistia, que passaram a representar o total de parcelas a receber, o trabalho da procuradoria gerou diretamente uma recuperação equivalente a 137.012.921,91 (cento e trinta e sete milhões, doze mil, novecentos e vinte um reais e noventa e um centavos), dos quais R\$ 41.940.821,06 (quarenta e um milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e vinte um reais e seis centavos) já haviam ingressado nos cofres públicos em 31/12/2024.

R\$ 41.940.821,06

Valor recuperado em 2024

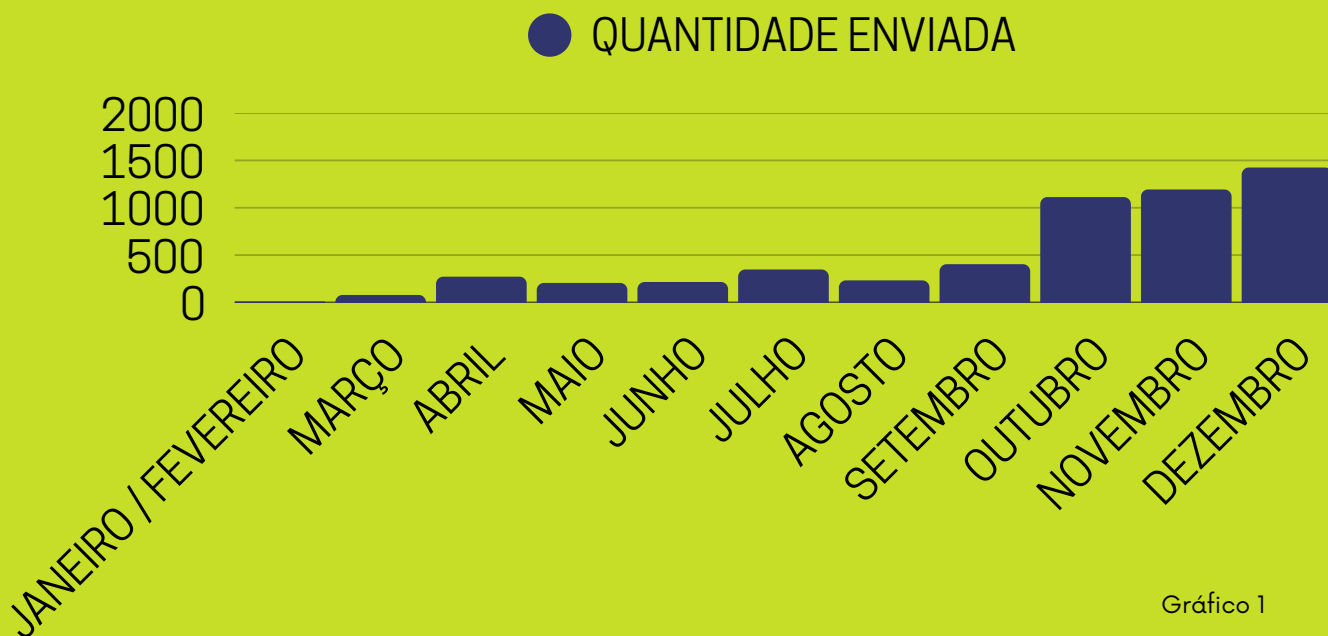
Em 2024, a Procuradoria Tributária iniciou as atividades de protesto sem um sistema próprio, processando manualmente os títulos enviados. A criação do GEDAI (Gestor da Dívida Ativa Inteligente) possibilitou a automação do envio e monitoramento dos títulos, resultando em um crescimento expressivo. No final do ano, o volume mensal de protestos aumentou de 79 para 1.425 títulos, com maior eficiência operacional.

A iniciativa possibilitou o envio de 5.500 títulos, dos quais 4.365 foram processados corretamente, e 952 resultaram em negociações, gerando um retorno de R\$ 23,18 milhões. O monitoramento automatizado também reduziu riscos jurídicos ao garantir o cancelamento ágil dos protestos.

R\$ 23.185.662,64

Retorno financeiro de protestos

RESULTADOS



No âmbito dos parcelamentos, o número total de novas adesões superou os índices pré-pandemia, atingindo 5% dos novos títulos inscritos. A qualidade da gestão dos parcelamentos melhorou, refletida na redução de 60% do estoque de dívidas parceladas vencidas, fruto da atuação do GEDAi na cobrança e comunicação com devedores.

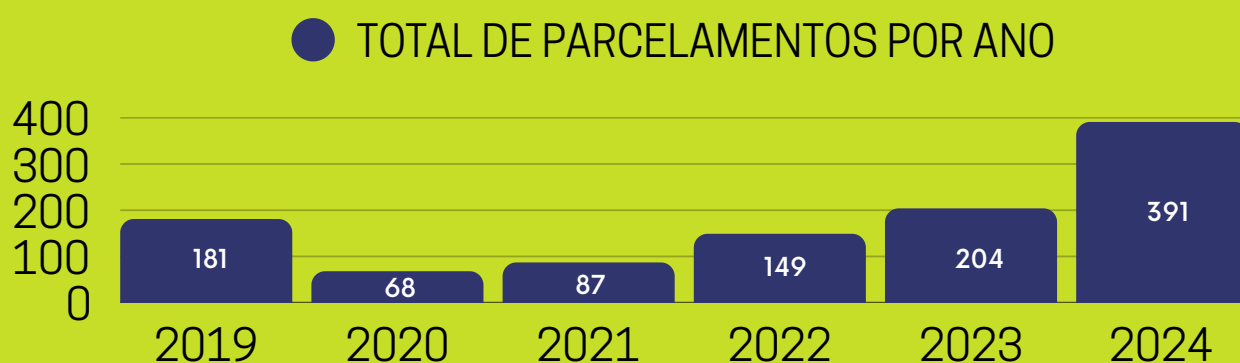
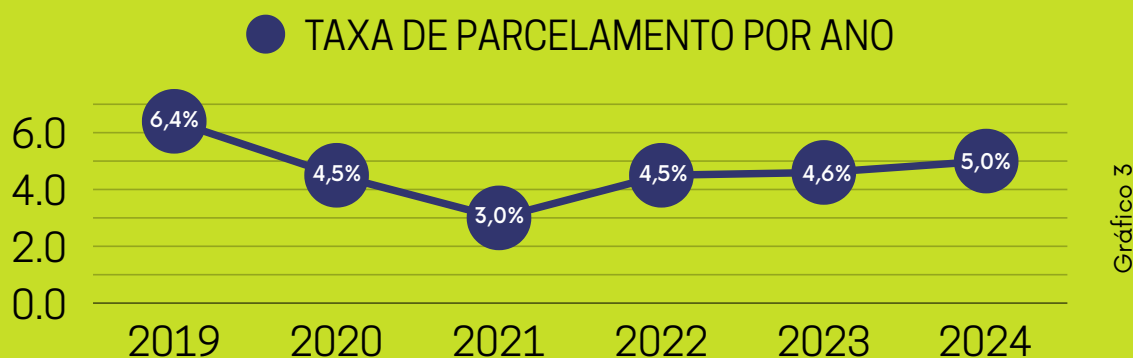


Gráfico 2

RESULTADOS



Quanto ao estoque da dívida ativa, houve um aumento expressivo devido à regularização de pendências acumuladas entre 2020 e 2022. Foram inscritas 7.773 novas Certidões de Dívida Ativa de ICMS, elevando o saldo total da dívida de R\$ 6 bilhões para R\$ 8,23 bilhões. Entretanto, 62% dos novos valores inscritos foram negociados, pagos ou garantidos, demonstrando a eficácia das estratégias adotadas.

7.773

Novas certidões de Dívida
Ativa de ICMS

R\$ 8.226.799.497,65

Estoque da dívida ativa

Para 2025, as metas incluem a expansão do protesto extrajudicial para mais municípios, o aumento do volume de títulos protestados na dívida não tributária e a redução da taxa de devoluções. Essas medidas visam aprimorar a recuperação da dívida ativa e fortalecer a eficiência na gestão dos créditos estaduais.

RESULTADOS

CÂMARA DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ADMINISTRATIVOS

Em 2024, a Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI), por meio da Câmara de Prevenção e Resolução de Conflitos Administrativos (Cemapi), alcançou um índice de 86% de acordos celebrados nos processos submetidos à mediação. Das 21 sessões realizadas, 18 resultaram em acordos, abrangendo temas como regularização fundiária, ressarcimento ao erário, demandas envolvendo servidores públicos e reintegração de posse. Essas ações proporcionaram uma economia aproximada de R\$4 milhões aos cofres estaduais. Um destaque foi o acordo entre a Companhia de Terminais Alfandegados do Piauí (Porto PI) e um grupo de pescadores, que viabilizou a instalação e operação do Terminal Pesqueiro em Luís Correia. O Procurador Luiz Filipe Ribeiro, chefe da Cemapi, enfatizou a eficiência do órgão em promover soluções consensuais e céleres para demandas sensíveis do Estado.

Cemapi alcança 86% em acordos celebrados em 2024 e Estado economiza aproximadamente R\$4 mi

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI) alcançou o índice de 86% nos acordos celebrados nos processos submetidos a Cemapi (Câmara de Prevenção e Resolução de conflitos Administrativos da Procuradoria) no ano de 2024. Segundo dados do próprio órgão especializado, das 21 sessões de mediação realizadas, 18 acordos foram selados.

Dentre estes acordos celebrados, que envolveram diversos temas, a Cemapi destacou como principais: regularização fundiária, ressarcimento ao erário, demandas envolvendo servidor público e reintegração de posse. Essas ações geraram um importe financeiro aos cofres do Estado aproximadamente de R\$4 milhões.



Imagem 3

RESULTADOS

ESCOLA SUPERIOR DA PGE



Imagem 4

Entre 26 e 28 de junho de 2024, Teresina sediou o V Encontro Nordeste da Advocacia Pública, organizado pela Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI) no auditório da OAB Seccional Piauí. O evento contou com a participação de renomados especialistas em Direito e Administração Pública de todo o país, abordando temas como meio ambiente, reforma tributária, universalização do saneamento básico, atuação da assessoria jurídica em licitações, participação social na efetivação de direitos, equidade nas políticas públicas e o impacto das novas tecnologias na Administração Pública. O Procurador Jean Paulo Modesto, Chefe da Escola Superior da PGE-PI, destacou a relevância do encontro para o aprimoramento das práticas na advocacia pública.

RESULTADOS

CENTRO DE ESTUDOS

Em 10 de maio de 2024, a Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI) promoveu um workshop intitulado "Escrita Jurídica através do ChatGPT", realizado no Salão Cajueiro do Centro de Convenções de Teresina. O evento contou com a participação de aproximadamente 90 pessoas, incluindo procuradores e demais servidores da PGE-PI. A palestra foi ministrada pelo juiz federal e professor George Marmelstein, que destacou a relevância das ferramentas de inteligência artificial generativa, como o ChatGPT, na rotina profissional jurídica, especialmente na produção e interpretação de textos. O Procurador-Geral do Estado, Pierot Júnior, esteve presente, reforçando o compromisso da instituição com a inovação tecnológica no âmbito jurídico.

Inteligência Artificial: PGE-PI recebe curso sobre escrita jurídica com ChatGPT

A Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI) realizou na última sexta-feira (10) o Workshop sobre Escrita Jurídica através do ChatGPT, uma plataforma virtual de modelo de linguagem de inteligência artificial. O Evento aconteceu no Salão Cajueiro do Centro de Convenções de Teresina e foi ministrado pelo juiz federal e professor George Marmelstein, que veio de Fortaleza.

Na oportunidade, cerca de 90 pessoas entre Procuradores e os demais servidores da PGE-PI estiveram presentes. Entre os principais objetivos da apresentação do ChatGPT como instrumento aliado à escrita jurídica, o palestrante destacou sua importância para o futuro da mesma no âmbito jurídico.

Imagem 5



Imagem 6

RESULTADOS

Seminário apresenta Manual Orientativo de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos pela Legislação Eleitoral

Em mais uma atividade realizada pelo Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, foi realizado nesta sexta (21) o seminário de apresentação do Manual de Condutas Vedadas Eleitorais. O evento ministrado pelo Procurador do Estado, William Guimarães, que tem como uma de suas especialidades o Direito Eleitoral, aconteceu no auditório da Escola de Governo, localizado na Zona Leste de Teresina.

O seminário foi idealizado pelo Procurador-Geral do Estado, Pierot Junior, que ressaltou a importância da divulgação do conteúdo, uma vez que 2024 será ano de eleições municipais.



Imagem 7

Em 21 de junho de 2024, a Procuradoria-Geral do Estado do Piauí (PGE-PI), por meio de seu Centro de Estudos, realizou um seminário no auditório da Escola de Governo, em Teresina, para apresentar o "Manual de Condutas Vedadas aos Agentes Públicos pela Legislação Eleitoral". O evento foi conduzido pelo Procurador do Estado, William Guimarães, especialista em Direito Eleitoral, e contou com a presença de diversos gestores e servidores públicos. O Procurador-Geral do Estado, Pierot Júnior, idealizador do seminário, enfatizou a importância de disseminar o conteúdo do manual, especialmente em ano de eleições municipais, visando orientar os agentes públicos sobre as normas e restrições durante o período eleitoral. O manual aborda temas como propaganda eleitoral, condutas vedadas e desincompatibilizações, auxiliando na compreensão das regras que garantem a integridade do processo eleitoral e está disponível no [site da PGE](#).

GESTÃO DE PESSOAS

Muito do trabalho deve-se a um corpo técnico qualificado e comprometido com a missão de defender os direitos e interesses do Estado, a partir da representação judicial e extrajudicial, além da consultoria e assessoramento jurídico. São 83 procuradores atuando, todos com especialização na profissão.

Mas, todo esse corpo técnico existente precisa de assessores para executar o ótimo serviço. São servidores e um corpo de funcionários de apoio bastante qualificado que se dedicam integralmente ao trabalho diário do órgão. Confira abaixo como é formado nosso corpo de funcionários.

53 SERVIDORES

- 3 ESTÃO À DISPOSIÇÃO
- 29 EFETIVOS SEFAZ / SEDUC / DER / EMGERPI
- 21 EFETIVOS

30 COMISSIONADOS EXCLUSIVOS

03 ESTAGIÁRIOS

55 TERCEIRIZADOS

- 8 CONTRATOS PGE
- 16 CONTRATOS SEFAZ
- 30 CONTRATO SEAD
- 01 CONTRATO PIAUIPREV

83 PROCURADORES:

- SUBSTITUTO 0 DE 20 VAGAS
- 1º CLASSE 1 DE 30 VAGAS
- 2º CLASSE 18 DE 28 VAGAS
- 3º CLASSE 8 DE 30 VAGAS
- 4º CLASSE 56 DE 57 VAGAS

GESTÃO DE PESSOAS

Principais resultados alcançados:

- 1.Redução significativa no tempo médio de tramitação de processos internos;
- 2.Pedido de Férias passou de 15 dias para 02 dias;
- 3.Averbação Passou de 25 dias para 03 dias (salvos os que precisam de parecer).

Atualizações



Atualização no Fluxograma de Licença Saúde revisado no âmbito do CIASPI



2 servidores aposentados



Atualização de planilha de férias de procuradores e servidores



Atualização das férias (anos anteriores) no SIAPE:em progresso



Cobrança do órgão que tem servidor cedido e não estava pagando



Atualização de portarias no Alfresco



Consolidação de informações sobre servidores cedidos



1.Atualização da planilha de remuneração e adicionais



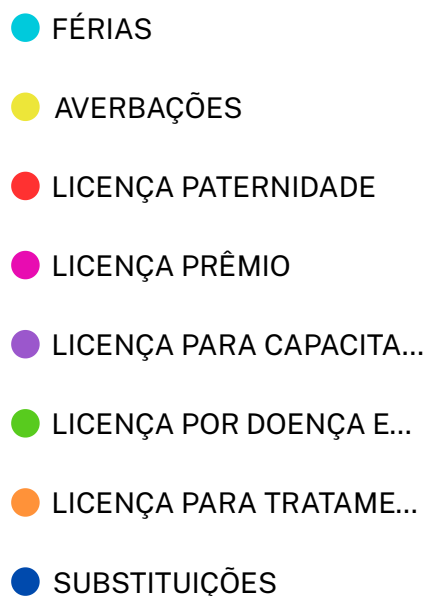
Correção de todas as lotações no SIAPE: em progresso

GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIAS EDITADAS

| PORTARIA | QUANTITATIVO |
|--|--------------|
| SOLICITAÇÃO DE FÉRIAS | 297 |
| AVERBAÇÃO | 17 |
| LICENÇA PATERNIDADE | 02 |
| LICENÇA PRÊMIO | 03 |
| LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO | 01 |
| LICENÇA POR DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA | 04 |
| LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE | 26 |
| SUBSTITUIÇÃO | 72 |

Tabela 1



LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE
6.2%

LICENÇA POR DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA
0.9%

AVERBAÇÕES
4%

SUBSTITUIÇÕES
17.1%

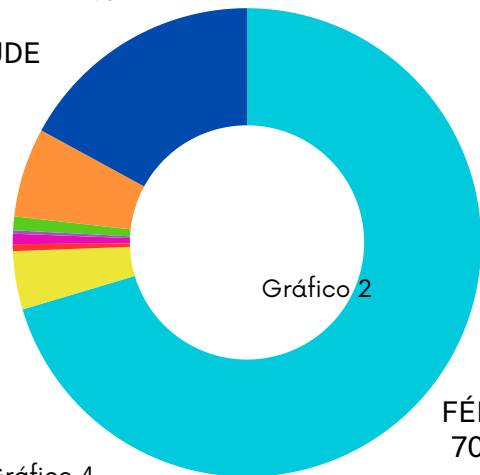


Gráfico 4

FÉRIAS
70.4%

GESTÃO DE PESSOAS

Em 2024, o Gabinete do Procurador-Geral, em articulação com o Centro de Estudos e com a Gerência de Pessoal, promoveu diversos eventos voltados ao desenvolvimento profissional e bem-estar dos servidores.

Capacitação Digital para Servidores

Em parceria com a Escola de Governo, a PGE-PI ofereceu um curso de informática básica para 18 servidores, realizado no Laboratório de Informática da Secretaria de Fazenda do Estado. A iniciativa visou a aprimorar as habilidades digitais dos participantes, alinhando-se aos ideais do governo de promover a inclusão digital.



Imagem 8



Imagem 9

Ginástica Laboral na Rotina de Trabalho

Objetivando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho, a PGE-PI implementou sessões semanais de ginástica laboral. A prática tem proporcionado aos servidores momentos de alongamento e exercícios físicos, resultando em maior disposição e bem-estar durante o expediente.

GESTÃO DE PESSOAS



Imagem 10

Entrega de Kits Ecosustentáveis no Dia Mundial do Meio Ambiente

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, a PGE-PI distribuiu mais de 140 kits contendo copos e canecas feitos de materiais ecosustentáveis, como fibra de bambu. A ação reforça o compromisso da instituição com a sustentabilidade e a redução do uso de descartáveis.

Setembro Amarelo e Ações no Dia do Servidor Público

Em 2024, a PGE-PI, em parceria com o Centro Integrado de Atenção ao Servidor Público (CIASPI), promoveu ações voltadas ao bem-estar dos servidores, tanto durante a campanha do Setembro Amarelo quanto nas comemorações do Dia do Servidor Público. Em ambas as ocasiões, profissionais da saúde, como fisioterapeutas, educadores físicos, psicólogos, fonoaudiólogos e enfermeiros, estiveram na sede da Procuradoria realizando atendimentos, avaliações e oferecendo orientações sobre qualidade de vida e saúde mental no ambiente de trabalho.



Imagem 11

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

A comunicação com a sociedade é feita através de telefones, e-mails, site e sistemas oficiais, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

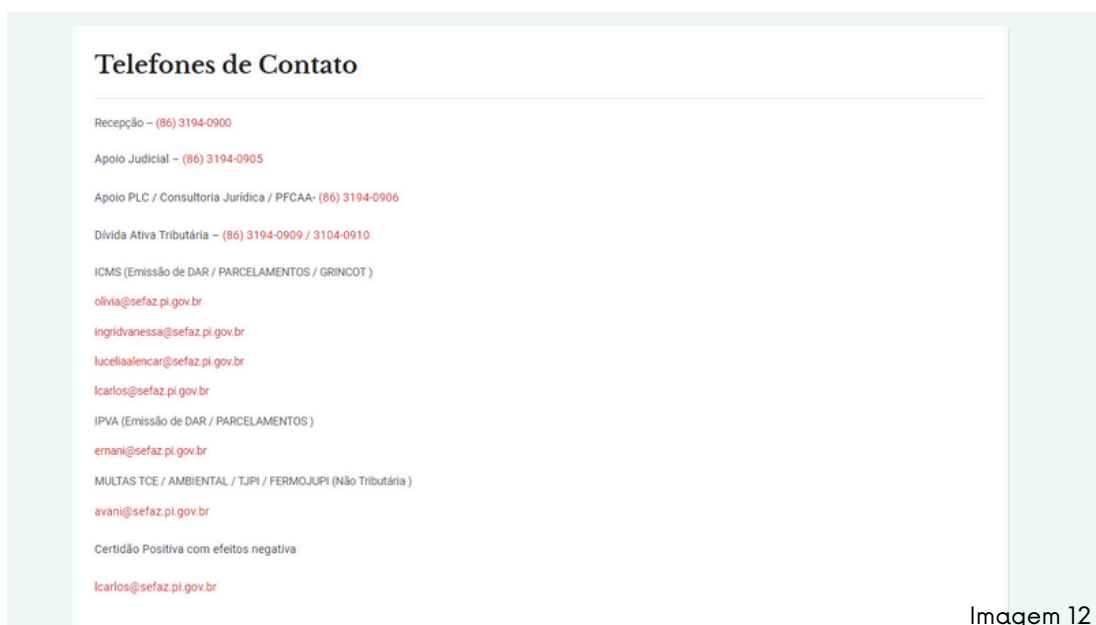


Imagem 12

A CGU disponibiliza o FALA BR (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação). Esse sistema é resultado da unificação entre o e-SIC e o e-OUV, dessa forma, é responsável por receber os pedidos de informações públicas feitos com base na Lei 12.527 de Acesso a Informação, disponível ao público desde 15 de maio de 2012 e outras normativas.



Imagem 13

COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Além dos contatos e sistemas acima citados, desde 2023 a PGE conta com uma equipe de assessoria de imprensa, responsável por gerenciar a comunicação entre a PGE e os veículos de comunicação, como jornais, portais, rádio, televisão e internet. Além disso, iniciou o projeto de gerenciamento das redes sociais, que tem como objetivo transmitir as atividades e agendas do Procurador-Geral e do órgão.



Clipping de Notícias

- ▶ 2023
- ▼ 2024
 - Clipping PGE Janeiro 2024
 - Clipping PGE Fevereiro 2024
 - Clipping PGE Março 2024
 - Clipping PGE Abril 2024
 - Clipping PGE Maio 2024
 - Clipping PGE Junho 2024
 - Clipping PGE Julho 2024
 - Clipping PGE Agosto 2024
 - Clipping PGE Setembro 2024
 - Clipping PGE Outubro 2024
 - Clipping PGE Novembro 2024
 - Clipping PGE Dezembro 2024

Imagem 15

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Foram concluídos 54 procedimentos licitatórios, que resultaram na celebração de contratos administrativos, e 16 aditivos de contratos já existentes. Conforme gráfico abaixo:

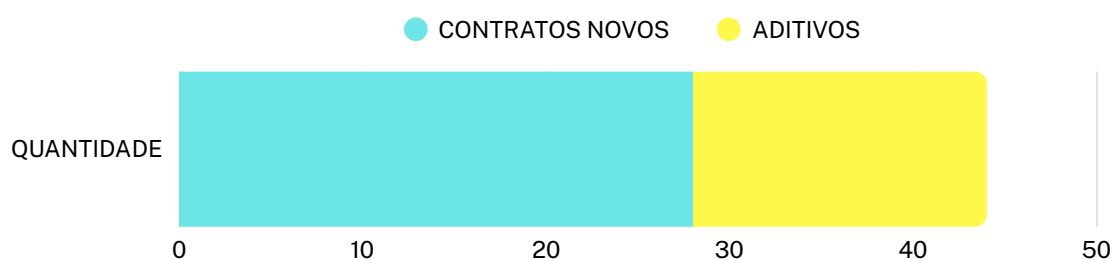


Gráfico 5

RELAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS

- BANDEIRAS
- COPOS E CANECAS ECOLÓGICAS
- CAFÉ E COPOS DESCARTÁVEIS
- CABEAMENTO
- ADOBE
- BLOCOS E PASTAS
- EQUIPAMENTOS PARA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA
- PRÍNCIPE
- IMPRESSORAS
- DÍVIDA ATIVA
- LOCAÇÃO CASA PARA GABINETE
- LOCAÇÃO ESTACIONAMENTO
- III ENPMA
- CCT - RELATÓRIO DE GESTÃO
- CCT - ESCRITA JURÍDICA
- RENAGEI
- PARECER PI X CE
- CURSO CHATGPT
- CURSO BSB - XIX FÓRUM
- CURSO LICITAÇÃO
- CURSO 50 CNPE
- PASSAGENS AÉREAS
- SERVENTES
- MANUTENÇÃO SPLIT
- COLETA DE LIXO
- ESTRUTURA PARA EVENTOS
- FLORES
- MICROCOMPUTADORES
- PLATAFORMA ELEVATÓRIA
- MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PGE

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Manutenção e Melhoria da Estrutura Física

Além do aumento do acervo patrimonial, um dos grandes desafios da PGE-PI, assim como ocorreu em 2023, foi intensificar as melhorias em sua estrutura física. Dentre as inúmeras ações, destacam-se:

SERVIÇOS EXECUTADOS



Imagem 16



Imagem 17

REFORMA DE
CADEIRAS



Imagem 18

Manutenção dos
extintores



Imagem 19

MANUTENÇÃO
CORRETIVA EM AR
CONDICIONADOS:
SPLIT 12.000 BTUS - 13
SPLIT 18.000 BTUS- 21
SPLIT 24.000 BTUS- 04
SPLIT 30.000 BTUS - 06

GESTÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇOS EXECUTADOS

Retirada de documentos da sede e posterior acompanhamento da prestação dos serviços de limpeza, organização e guarda dos mesmos.



Imagem 20

Troca de fechaduras e botoeira



Imagem 21

Manutenção no telhado para o período de chuvas



Imagem 22

Reinstalação de câmeras

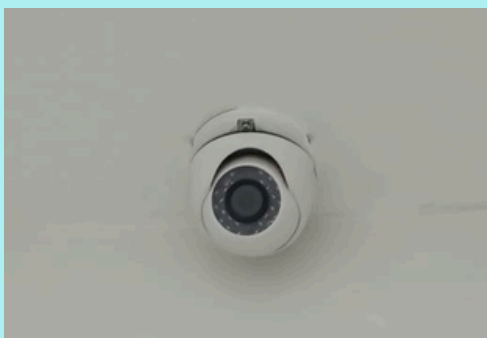


Imagem 23

GESTÃO ADMINISTRATIVA

SERVIÇOS EXECUTADOS



Imagem 24

Coleta de lixo



Imagem 25

Remanejamento das chefias para o antigo gabinete



Imagem 26

Dedetização e descupinização das áreas internas e externa



Imagem 27

Troca do filtro copa do protocolo

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Aquisições

Durante ano de 2024, a Coordenação de Patrimônio e Almojarifado recebeu vários bens/equipamentos que serviram para trazer melhores condições de trabalho aos servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí. Segue o detalhamento por setores.

BENS MÓVEIS

- 01 fogão industrial
- 40 computadores
- 40 monitores 23,8"
- 20 telefones IP para ramal
- 12 Switch
- 02 Aparelhos de celular (comodato)
- 01 Motor portão
- 04 Webcam
- 07 memórias
- 21 adaptadores
- 08 SSD
- 01 HD externo
- 01 fragmentadora
- 01 Scanner espacial
- 02 unidades de bandeiras
- 01 aparelho de celular SAMSUNG
- 01 microfone de lapela
- 01 estabilizador de 3 eixos
- 01 tripé profissional
- 01 carregador de celular portátil



Imagem 28



Imagem 29



Imagem 31

BENS DE CONSUMO

- 260 copos ecológicos
- 260 canecas ecológicas
- 5000 pastas com bolso
- 5000 blocos de notas
- 150 pacotes de açúcar
- 800 pacotes de café
- 550 pacotes copos descartáveis
- 80 avental tipo capote
- 32 álcool etílico
- 10 caixas luvas
- 1936 máscaras
- 400 toucas



Imagem 30

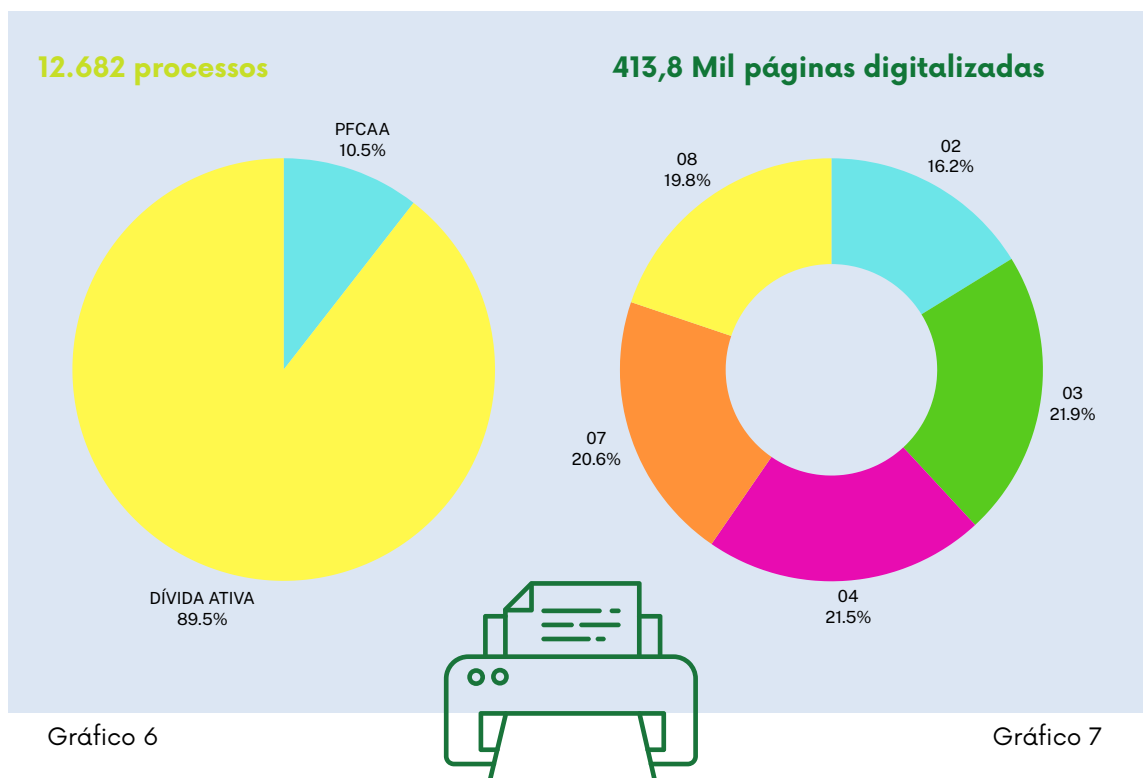
GESTÃO ADMINISTRATIVA

Digitalização do Acervo da PGE

Durante o ano de 2024 foram digitalizados 1.336 Processos Administrativos Disciplinares da Procuradoria de Fiscalização e Controle de Atos Administrativos (PFCAA) e 11.346 processos da Dívida Ativa da Sefaz- PI, totalizando 12.682 processos digitalizados.

Em relação a quantidade de páginas digitalizadas pelo setor foram totalizadas 413,8 mil distribuídas no decorrer do ano.

DIGITALIZAÇÃO EM NÚMEROS



Somando as digitalizações feitas nos anos de 2023 e 2024, totaliza-se o quantitativo de 950 mil páginas.

GESTÃO DE TI

Na gestão de Tecnologia da Informação e Comunicações foram executadas diversas ações, com foco no desenvolvimento de novos sistemas e atualização do parque de máquinas desta Procuradoria, visando não só a melhoria/aprimoramento dos serviços, mas principalmente a implantação de diversas soluções para aumentar a produtividade dos diversos usuários da PGE/PI (a exemplo, Servidores e Procuradores do Estado). Destacamos assim as ações de maior impacto:

Sistema de coleta e análise de dados jurimétricos, desenvolvido internamente pela Procuradoria.



Imagem 32



Imagem 33

Evolução do Sistema Alfresco, que performa a gestão eletrônica de documentos, com a criação de um módulo de busca pública, permitindo a criação do projeto Legislação do Estado do Piauí

Contratação de Desenvolvimento Externo para correções do sistema GERÊNCIA DE PROCESSOS, apelidado de "Príncipe"

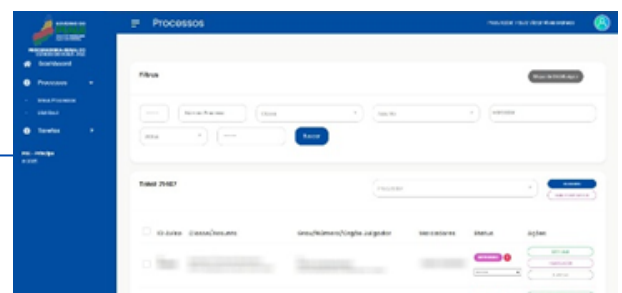


Imagem 34

GESTÃO DE TI

Contração de Desenvolvimento da Evolução do Sistema GEDAi – Gerenciamento da Dívida Ativa com IA



Imagem 36

Renovação de nosso parque de máquinas de informática



Imagem 35

Sistema de Coleta de Dados, desenvolvido internamente pela Procuradoria, para coleta de dados referentes a contratos administrativos de todos os órgãos do Governo do Estado.

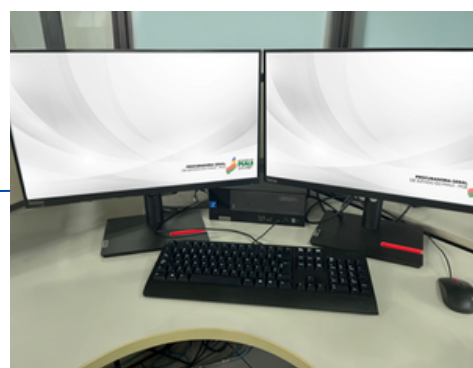


Imagem 37

GESTÃO DE TI



Imagem 38

Atualizamos nossa estrutura de telefonia, desativando para isso toda a infraestrutura de telefonia analógica e migrando para uma nova e moderna infraestrutura de telefonia IP, baseada em nuvem.

início da substituição de todo o cabeamento de rede metálico existente por nova tecnologia, baseada em fibra óptica, utilizando a tecnologia GPON (Gigabit Passive Optical Network).



Imagem 39

CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS

A PGE possui o setor de Corregedoria-Geral que é composto por um Procurador Corregedor-Geral e pelo Corregedor-Geral Adjunto. No art. 11 da Lei Complementar 56/2005, dentre as atribuições atribuídas a este setor, destacam-se:

- fiscalizar a atuação e avaliar o desempenho dos Procuradores do Estado;
- realizar correições, determinadas pelo Procurador-Geral do Estado nos órgãos técnico-jurídicos da Procuradoria-Geral do Estado;
- propor a adoção das medidas administrativas e disciplinares cabíveis, em vista do que for apurado nas correições.

Vale destacar também o trabalho da Procuradoria de Fiscalização e Controle de Atos Administrativos. De acordo com o art. 15 da Lei Complementar 56/2005, a PFCAA atua no controle finalístico de processos administrativos disciplinares de todo o Estado.

Além dos órgãos acima, a PGE conta com a Procuradoria de Licitações e Contratos (PLC) que atua no controle finalístico de processos sancionatórios nas licitações e contratos do Estado, conforme o art. 17 da Lei Complementar 56/2005.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

A PGE/PI, em 2024 , teve despesas empenhadas, liquidadas e pagas em R\$ 5.741.827,66, R\$ 4.342.253,82 e R\$ 3.967.973,30, respectivamente. Excluindo os valores dos gastos com pessoal, que são geridos e gerenciados pela SEAD, a execução orçamentária apresentou os valores a seguir:

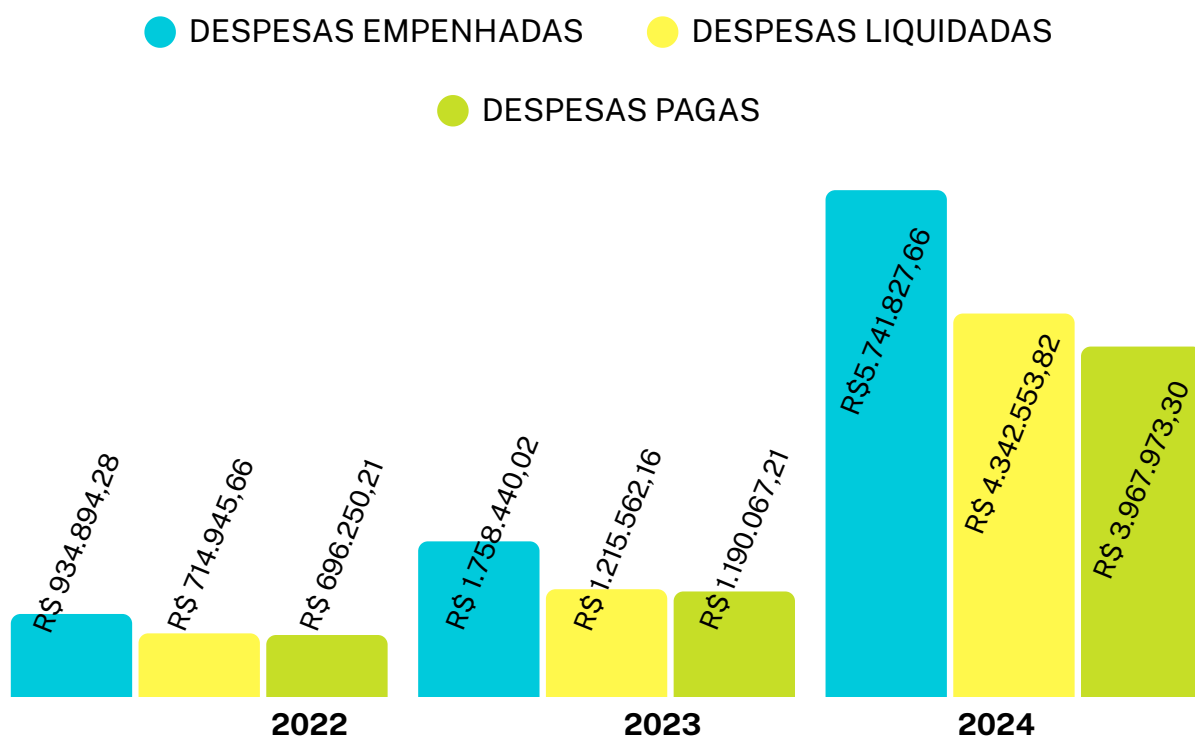


Gráfico 8

GESTÃO DE CUSTOS

Durante o ano de 2024, a PGE passou a contar um segundo prédio, destinado ao Gabinete, além do início das obras da Nova Sede, desta forma o consumo teve um aumento considerado, sendo a média de consumo de água, em real, foi de R\$ 2.897,23 e a de energia elétrica foi R\$ 12.938,74.

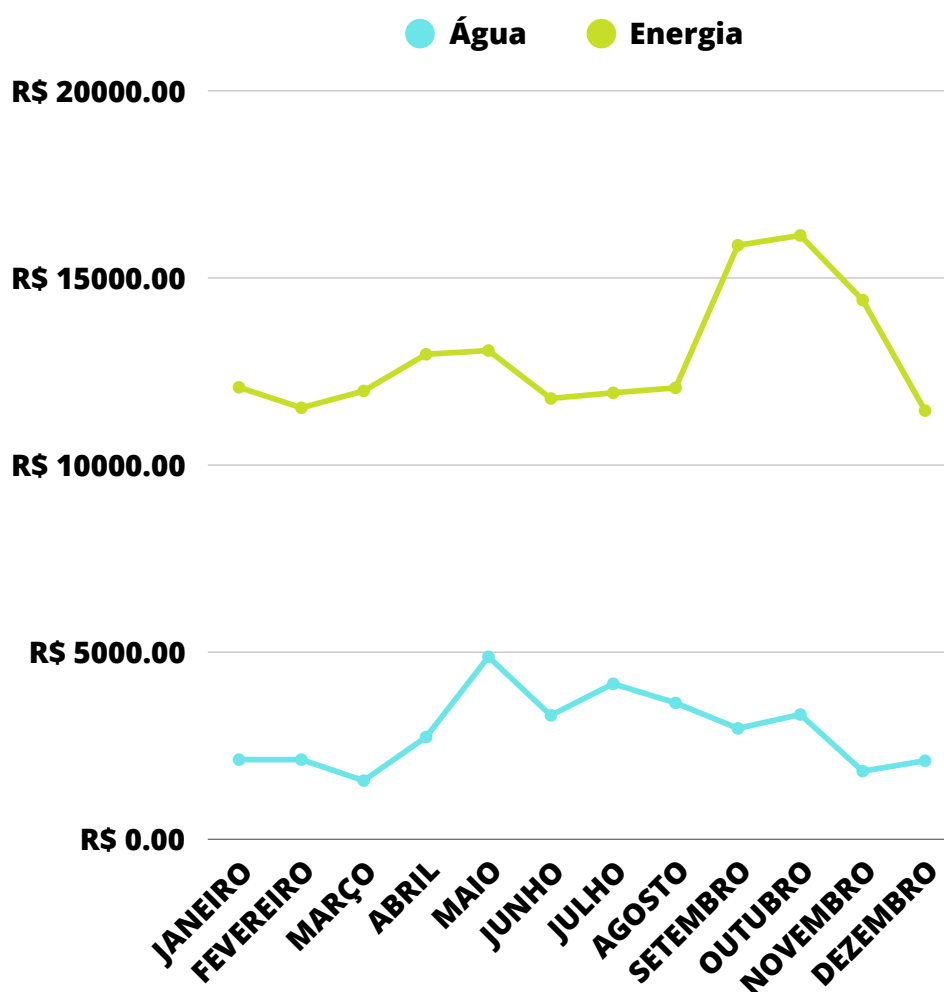


Gráfico 9

GESTÃO DE CUSTOS

A PGE conta com dois veículos próprios, 1 alugado e 1 cedido. No ano de 2024 foram 25.758 quilômetros rodados ao total divididos entre os dois carros. Confira as informações no gráfico abaixo.



Gráfico 10

SEDE

A PGE conta com imóvel próprio, localizado na Avenida Senador Arêa Leão, 1650, no bairro Jóquei, zona leste de Teresina.

O imóvel tem 3.970,22 m², sendo 1560,80 m² de área construída até 2023. Em 2024, começou a demolição de uma parte do prédio para o início da construção da nova sede, ficando 1451 m² de área construída.



Imagem 40

NOVA SEDE

No ano de 2024, foi iniciada a construção da nova sede da Procuradoria-Geral do Estado. Com previsão para entrega no corrente ano, a presente obra tem como finalidade dotar a PGE/PI de toda a estrutura física e tecnológica necessária para cumprimento de suas missões institucionais.



Imagem 41

RECONHECIMENTOS

É indiscutível a relevância da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, firmemente reconhecida como órgão dedicado à defesa dos interesses do Estado e, por extensão, da sociedade. Entretanto, a instituição almeja mais, mantendo um olhar voltado para o futuro, buscando aprimorar continuamente suas atividades.

Para garantir resultados sólidos no porvir, a PGE concentra seus esforços no presente, investindo na melhoria de seus processos de gestão e da sua estrutura física, bem como na capacitação contínua de seus Procuradores e servidores.

Contato

Unidade Administrativa

Avenida Senador Arêa Leão,
1650 - Teresina/PI
(86) 3194-0900
uaf@pge.pi.gov.br
www.portal.pi.gov.br/pge

**PROCURADORIA-GERAL DO
ESTADO DO PIAUÍ - PGE**



**GOVERNO DO
PIAUÍ**
AQUI TEM TRABALHO.
AQUI TEM FUTURO.

MENSAGEM FINAL

Ao concluir mais um ciclo de trabalho na Procuradoria-Geral do Estado do Piauí, faço uma pausa para refletir sobre as conquistas que marcaram nossa atuação em 2024. Este foi um ano de desafios complexos, mas também de avanços significativos na defesa do interesse público, na modernização institucional e na consolidação de uma advocacia pública cada vez mais eficiente e estratégica. Enfrentamos demandas de grande repercussão jurídica e administrativa, e cada obstáculo superado reforçou o compromisso da PGE-PI com a excelência e a legalidade.

A modernização é um dos pilares desta gestão. Investimos fortemente na transformação digital, na automação de processos e no aperfeiçoamento dos fluxos administrativos e jurídicos. A digitalização do acervo, o fortalecimento da consultoria jurídica e os avanços na recuperação da dívida ativa são apenas alguns exemplos dos frutos desse trabalho. Paralelamente, priorizamos a valorização de nossos Procuradores e Servidores, pois sabemos que são eles a força motriz que impulsiona a qualidade e a efetividade das nossas ações.

O resultado desse esforço conjunto se traduz em maior segurança jurídica para a administração pública e em benefícios diretos para a sociedade piauiense. Cada parecer emitido, cada ação contestada e cada decisão estratégica tomada foi guiada pelo compromisso inegociável com o interesse público. Nosso papel vai além da defesa do Estado; somos guardiões da legalidade e agentes fundamentais para a construção de uma gestão pública eficiente, transparente e responsável.

Seguimos firmes em nossa missão, certos de que o futuro nos reserva novas oportunidades de crescimento e inovação. Reafirmamos nosso compromisso com a ética, a transparência e a eficiência, sempre guiados pelo interesse público e pelo dever constitucional de servir com excelência. Que possamos, juntos, continuar construindo uma Procuradoria cada vez mais forte e atuante.

FRANCISCO GOMES PIEROT JÚNIOR

Procurador-Geral do Estado do Piauí

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 - Print da Tela da ferramenta de pesquisa do Projeto “Legislação do Estado do Piauí”.

Imagem 2 - Foto do Procurador Fagner em evento sobre a Regularização Fundiária

Imagem 3 - Print do site da PGE

Imagem 4 - Print do Instagram do V encontro do Nordeste da Advocacia Pública

Imagem 5 - Print do site da PGE

Imagem 6 - Foto do Encontro do Curso sobre Escrita Jurídica com o ChatGPT

Imagem 7 - Print do site da PGE

Imagem 8 - Foto da Capacitação Digital para Servidores

Imagem 9 - Foto do momento de Ginástica Laboral na PGE

Imagem 10 - Foto do Procurador com as servidoras à frente da entrega dos Kits Ecosustentáveis

Imagem 11 - Foto da ação realizada na PGE em prol do Setembro Amarelo

Imagem 12 - Print do site da PGE

Imagem 13 - Print do site Fala.BR

Imagem 14 - Print do site da PGE

Imagem 15 - Print do site da PGE

Imagem 16 - Foto da cadeira

Imagem 17 - Foto da cadeira

Imagem 18 - Foto do extintor de incêndio

Imagem 19 - Foto do ar condicionado

Imagem 20 - Foto do arquivo da PGE

Imagem 21 - Foto da fechadura da porta da sala do Procurador-Geral

Imagem 22 - Foto ilustrativa do telhado

Imagem 23 - Foto da câmera de segurança

Imagem 24 - Foto ilustrativa da coleta de lixo

Imagem 25 - Foto da recepção do gabinete das chefias das especializadas

Imagem 26 - Foto ilustrativa de detetização

Imagem 27 - Foto do filtro da copa

Imagem 28 - Foto do fogão industrial

Imagem 29 - Foto da mesa de trabalho com os novos monitores

Imagem 30 - Foto do copo e da caneca sustentável

Imagem 31 - Foto do equipamento da assessoria de imprensa

Imagem 32 - Imagem da logo do sistema LINEU

Imagem 33 - Imagem da logo do sistema ALFRESCO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 34 - Print do Sistema PRÍNCIPE

Imagem 35 - Print do Sistema GEDAI

Imagem 36 - imagem da logo do sistema OCTOPUS

Imagem 37 - Foto de uma mesa de trabalho da PGE

Imagem 38 - Foto ilustrativa de telefone com ramal

Imagem 39 - Foto ilustrativa de cabo de rede

Imagem 40 - Fachada atual da PGE

Imagem 41 - Projeto da Nova Sede e obra em andamento

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Tabela 1 - Portarias realizadas pelo setor Pessoal

Gráfico 1 - Quantidade de títulos enviados em 2024

Gráfico 2 - Comparativo de total de parcelamento do ano de 2019 a 2024

Gráfico 3 - Comparativo de taxas de parcelamento do ano de 2019 a 2024

Gráfico 4 - Portarias realizadas pelo setor Pessoal

Gráfico 5 - Quantitativo de procedimentos licitatórios

Gráfico 6 - Processos digitalizados de cada especializada

Gráfico 7 - Páginas digitalizadas por servidor

Gráfico 8 - Comparativo de despesas empenhadas, liquidadas e pagas nos anos de 2022, 2023 e 2024

Gráfico 9 - Consumo de água e luz por mês

Gráfico 10 - Quilômetros rodados por carro